



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

B-2 **Jornal da Cidade**
ARACAJU, 24 A 26 DE SETEMBRO DE 2016

CIDADES

Copemcan: agentes denunciam empresa que faz revista íntima

Categoria protocola documento no MP para apurar contratação da terceirizada

Paulo Rolemberg
DA EQUIPE IC

Fotos: André Moreira

Agentes penitenciários protocolaram no Ministério Público Estadual (MPE) um pedido para que o órgão apure a contratação de empresa terceirizada para executar as revistas íntimas e de alimentos no Complexo Penitenciário Manoel Carvalho Neto (Copemcan), município de São Cristóvão. Segundo a denúncia, a contratação é ilegal, já que é uma atividade de atribuição do agente penitenciário. Em uma vigília de 24 horas, em frente ao Palácio dos Despachos, a categoria voltou a cobrar a realização do concurso público e o fim do contrato com a empresa Reviver, que administra o Complexo Penitenciário Antonio Jacinto Filho (Compajaf), no Bairro Santa Maria, em Aracaju.

“O Governo do Estado terceirizou o setor de revista e de mensagem do Copemcan contratando 20 vigilantes com um valor de contrato de R\$ 500 mil”, protestou Luciano Nery, presidente Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sindpen). De acordo com eles, diferentemente do que ocorria, anteriormente, com os agentes, foram disponibilizados para os vigilantes, coletes balísticos e demais aparelhos de segurança. “Agora, para a equipe de plantão dos agentes, nenhum equipamento é fornecido”, reclamou.

Outro problema exposto pela categoria durante pânico nas proximidades do Palácio dos Despachos foi a morosidade do Governo do Estado em encaminhar o projeto que reestrutura a carreira dos agentes e realização de concurso público. “Há três meses o governo formou uma comissão, da qual o Sindpen fez parte, para elaborar uma minuta do projeto. Foi feito, só falta o governo encaminhar para Assembleia Legislativa”, revelou.

Detento custa R\$ 4 mil
Os agentes penitenciários também cobraram o fim



AGENTES penitenciários fizeram vigília de 24 horas, em frente ao Palácio dos Despachos, para cobrar fim do contrato da empresa e realização do concurso

do contrato entre a Secretaria de Estado da Justiça e a empresa Reviver para administração do Compajaf. Para a categoria, o contrato é oneroso e o valor poderia ser usado na contratação de novos agentes. “Várias decisões judiciais já determinaram que o Governo do Estado acabe esse contrato e realize o quanto antes o concurso público, mas o governo recorre de todas pedindo mais prazo”, disse o presidente do Sindpen. “O Governo do Estado faz de tudo para manter esse contrato ilegal e oneroso. Um contrato de mais de R\$ 2,3 milhões por mês”, emendou.

De acordo com levantamento do Sindpen, com o valor do contrato, o custo do Estado com cada 570 detentos abrigados no Compajaf equivale a um valor de R\$ 4 mil por cada detento. No caso do Copemcan – administrado pela Sejuca – cada preso custa ao Estado aproximadamente R\$ 1,8 mil.

Em novembro de 2011, a Justiça Estadual concedeu medida liminar pleiteada pelo Ministério Público do Estado de Sergipe anulando o Contrato Administrativo com Pedido de Antecipação de Tutela em face do Estado de Sergipe e da Reviver Administração Prisional Privada. Na decisão

judicial ficou determinado ao Estado de Sergipe que se abstenha imediatamente de renovar ou firmar novo contrato administrativo visando a contratação de pessoas da iniciativa privada, diretamente ou por meio de pessoa jurídica, para exercerem funções e atividades típicas de agentes penitenciários em qualquer dos estabelecimentos prisionais do Estado de Sergipe. O Governo recorreu e o processo ainda segue na Justiça.

O JORNAL DA CIDADE tentou ouvir a Secretaria de Estado da Justiça, através da sua assessoria, mas não obteve sucesso.